

A cultura do estupro no Brasil

Rape culture in Brazil

Maiara Alberton¹ e Katia Gonçalves dos Santos²

Resumo: Este artigo investiga como práticas sociais e institucionais contribuem para a normalização da violência de gênero no contexto da cultura do estupro, além de analisar como a produção acadêmica brasileira aborda este fenômeno. Foi conduzida uma revisão integrativa de literatura, contemplando estudos publicados entre 2019 e 2024, com base em critérios rigorosos de inclusão e exclusão. A pesquisa identificou 15 artigos que compuseram o corpus final, analisados por meio da abordagem temática. Os resultados destacam três eixos principais: representações midiáticas e culturais, naturalização da violência contra a mulher e desigualdades estruturais vinculadas a estereótipos de gênero. Evidenciou-se que a mídia e outras instituições reproduzem narrativas que legitimam práticas de violência sexual e reforçam papéis de gênero desiguais, tornando a violência de gênero invisível e socialmente aceitável. Além disso, identificou-se a culpabilização recorrente das vítimas e a impunidade dos agressores como fatores que perpetuam a cultura do estupro. O estudo conclui que a cultura do estupro está profundamente enraizada nas estruturas sociais e culturais brasileiras, exigindo esforços articulados entre políticas públicas, ações educativas e transformação de práticas institucionais para enfrentá-la e promover a equidade de gênero.

Palavras-chave: Cultura do estupro; Violência de gênero; Violência sexual.

Abstract: This article investigates how social and institutional practices contribute to the normalization of gender-based violence within the context of rape culture, as well as analyzing how Brazilian academic production addresses this phenomenon. An integrative literature review was conducted, including studies published between 2019 and 2024, based on rigorous inclusion and exclusion criteria. The research identified 15 articles that formed the final corpus, analyzed through a thematic approach. The results highlight three main axes: media and cultural representations, the naturalization of violence against women, and structural inequalities linked to gender stereotypes. It was found that the media and other institutions reproduce narratives that legitimize sexual violence practices and reinforce unequal gender roles, making gender-based violence socially acceptable and invisible. Additionally, the recurrent victim-blaming and impunity for perpetrators were identified as factors that perpetuate rape culture. The study concludes that rape culture is deeply rooted in Brazilian social and cultural structures, requiring coordinated efforts among public policies, educational actions, and institutional practices to combat it and promote gender equity.

Keywords: Rape culture; Gender-based violence; Sexual violence.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia (GPPsi) da Unidavi, Rio do Sul, SC, Brasil. Email: maiaraalberton15@gmail.com

² Psicóloga. Mestra em Psicologia. Rio do Sul, SC, Brasil. Email: Katia@unidavi.edu.br

Introdução

Nas últimas décadas, os estudos na área da saúde sobre violência aumentaram, principalmente os relacionados a violência contra mulher. De acordo com os dados divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foi registrado um aumento significativo nos casos de violência contra a mulher em 2024. Este aumento abrange todas as modalidades criminais, desde casos de assédio sexual, agressões em contexto doméstico, importunação sexual até feminicídio, com a exceção do crime homicídio, que caiu 0,1%, todavia sua diminuição é matizada também pelos feminicídios que cresceram 0,8% em relação ao ano anterior (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Para compreender os fatores intrinsecamente ligados à alta taxa de violência contra a mulher, é essencial entender a categoria estruturante de gênero que perpetua esse sistema. Essas categorias foram construídas social e historicamente com base em identidades de gênero e sexualidades, seguindo a tradicional categorização binária de masculino e feminino, e as expectativas de comportamento, papéis e expressões associadas a elas, com o objetivo de perpetuar as relações de poder. Esse sistema de categorização passou a ser um instrumento de dominação e exploração das mulheres (Butler, 2003).

A violência de gênero pode ser praticada por homens contra mulheres, por mulheres contra homens e entre pessoas do mesmo gênero. No entanto, culturalmente, tanto na sociedade brasileira quanto em todo o mundo, as mulheres são frequentemente vistas como as principais vítimas desse tipo de violência, apesar de reconhecermos que a violência de gênero afeta diversas configurações de relacionamento e pode ter vítimas de diferentes identidades de gênero (Suárez, Bandeira, 1999; Saffioti, 2002).

No que tange à violência sexual, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define-a como “todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual, insinuações sexuais indesejadas, ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho” (OMS, 2002, p. 149).

O estupro é fruto de uma violência sistemática que se insere em uma estrutura de poder historicamente construída, denominada patriarcado. Esse sistema promove e sustenta a supremacia masculina, objetificando o corpo feminino e utilizando-o como um meio de reafirmar essa hegemonia. Assim, o corpo das mulheres é atacado não apenas como forma de violência física, mas também como estratégia de controle social, política e simbólica, perpetuando desigualdades de gênero e naturalizando a subordinação feminina (Vilhena et al., 2004; Saffioti, 2001).

Considerando isso, o presente artigo tem como objetivo investigar de que maneira as práticas sociais e institucionais contribuem para a reprodução e normalização da violência de gênero no contexto da cultura do estupro. Além disso, busca-se compreender como a produção acadêmica tem discutido e caracterizado esse fenômeno em diferentes contextos sociais e institucionais no Brasil.

Metodologia

Foi realizado uma revisão integrativa de literatura com o objetivo de analisar estudos publicados entre 2019 e 2024 que abordam a temática central do artigo. Este tipo de revisão é um método de pesquisa que permite a síntese

de diferentes tipos de evidências, como estudos teóricos e empíricos, com o objetivo de fornecer uma visão ampla e integrada sobre um tema específico (Torraco, 2016).

A condução da revisão seguiu os preceitos metodológicos descritos por Whitemore e Knafel (2005), que oferecem uma estrutura sistemática para seleção, avaliação e síntese dos achados em pesquisas integrativas. As bases de dados consultadas foram selecionadas com base em sua relevância acadêmica e reconhecimento científico, incluindo Web of Science, SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-BIREME) e EBSCOhost.

A estratégia de busca foi elaborada a partir de palavras-chave relacionadas ao tema da revisão, baseadas em termos extraídos da literatura relevante e adaptados às especificidades de cada base de dados. Foram utilizadas as combinações “A cultura do estupro no Brasil” OR “O estupro no Brasil” OR “A cultura do estupro”; “(“cultura do estupro” OR “estupro”) AND (“Brasil” OR “contexto brasileiro”)”. Esses descritores foram buscados nos campos “Título”, “Resumo” e “Palavras-chave” em todas as bases de dados, aplicando operadores booleanos, como AND e OR, para garantir maior sensibilidade e especificidade.

Para assegurar a qualidade e a relevância dos materiais analisados na revisão integrativa, foram estabelecidos critérios claros de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão contemplaram artigos empíricos e teóricos publicados entre 2019 e 2024, disponíveis integralmente em língua portuguesa, que abordassem de forma direta a temática da cultura do estupro. Esses artigos deveriam discutir suas manifestações, causas, consequências, ou propor estratégias de enfrentamento no contexto brasileiro. A inclusão de artigos teóricos é justificada pela importância de análises conceituais e reflexivas na compreensão da complexidade do tema.

Foram excluídos materiais que abordassem temas periféricos ou não relacionados à problemática central, como estudos sobre violência interpessoal sem vínculo com dimensões de gênero, trabalhos que tratassem exclusivamente de aspectos legais sem articulação prática ou teórica sobre o tema, e pesquisas focadas em outros tipos de violência (como violência doméstica ou infantil) que não mencionassem ou contextualizassem a cultura do estupro. Além disso, foram excluídas publicações que não se enquadrassem como artigos científicos, tais como teses, dissertações, revisões narrativas, materiais editoriais, anais de congressos e relatórios técnicos.

A seleção dos artigos foi realizada em três etapas. A primeira consistiu em uma triagem inicial com a leitura de títulos e resumos para identificar artigos potencialmente relevantes. Na segunda etapa, foi realizada a leitura completa dos textos para confirmar sua elegibilidade com base nos critérios estabelecidos. Por fim, a terceira etapa envolveu a extração sistemática de dados dos artigos selecionados, com o objetivo de identificar suas principais contribuições e categorias temáticas.

Os resultados desta pesquisa foram sistematizados e apresentados em um diagrama de fluxo, disponível na seção “Resultados e Discussões” deste estudo. Para analisar os dados obtidos, foi empregada uma abordagem de análise temática, conforme descrita por Braun, Clarke e Rance (2014). Este método permitiu a organização e categorização dos resultados dos artigos selecionados, com o objetivo de identificar padrões recorrentes de significado e sintetizar as principais contribuições das pesquisas incluídas.

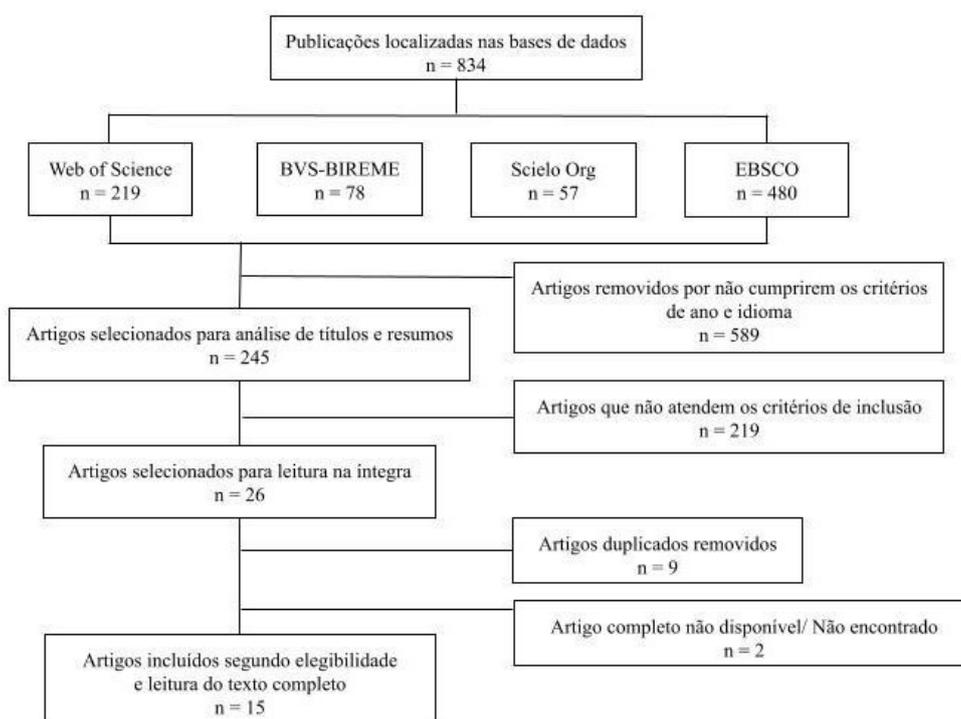
Resultados e discussão

A busca inicial resultou em um total de 834 trabalhos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 589 artigos foram descartados por não terem sido publicados entre 2019 e 2024 e serem integralmente em português, reduzindo o número de estudos para 245. Em seguida, a leitura dos títulos e resumos foi realizada, permitindo a seleção de 26 trabalhos que estavam

alinhados à temática proposta. Destes, 9 artigos foram identificados como duplicados em diferentes bases de dados e, portanto, eliminados, resultando em 17 artigos para leitura completa. Não foi possível recuperar para leitura 1 artigos e 1 artigo não estava disponível para leitura completa, restando 15 artigos finais que compõem o corpus desta revisão conforme apresentado no Tabela 1. A figura 1 apresenta o diagrama de fluxo deste estudo.

Figura 1

Fluxograma da revisão integrativa de literatura



A Figura 1 apresenta, em formato de fluxograma, o processo de seleção de artigos incluídos na revisão integrativa da literatura.

Tabela 1

Artigos selecionados nas bases de dados

Identificação	Autores	Ano
Cultura do estupro: o machismo manifesto nas paradas musicais	Santos, Pessoa, Silva & Silva	2020
Pornografia e cultura do estupro: estudos sobre a naturalização de práticas de violência contra a mulher e suas implicações em sua saúde mental	Oliveira & Silva	2022
Culpar a vítima ainda é o modus operandi da linguagem jornalística? Análise dos títulos no webjornalismo do portal G1 sobre estupro (quadriênio 2016-2019)	Moreira, Lima, Castro & Neves	2019
O descrédito dado às mulheres vítimas de estupro: uma analogia à série inacreditável	Santos	2020
Do olimpo ao Brasil Contemporâneo: o estupro contra as mulheres e a persistência das relações desiguais e hierárquicas de sexo	Silva & Sirelli	2019
A "carne mais barata do mercado": uma análise biopolítica da "cultura do estupro" no Brasil	Nielsson & Wermuth	2019
Cultura do estupro e violência da ostentação: uma análise a partir da artefactualidade do funk	Brilhante, Giaxa, Branco & Vieira	2019

Identificação	Autores	Ano
A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural	Paula & Sant'ana	2022
Violência de Gênero, cultura do estupro e saúde pública: uma análise sem recorte	Mazagão & Carvalho	2020
A naturalização da violência contra a mulher	Fernandes & Natividade	2020
A compreensão de acadêmicas de terapia ocupacional acerca da cultura do estupro e suas implicações em ocupações de mulheres	Soares, Oliveira, Folha & Flores	2023
Violência sexual: uma análise social da cultura do estupro	Oliveira & Resende	2020
A cultura do estupro na ficção seriada: os mitos representacionais no seriado Justiça	Cavalcanti & Ferreira	2021
Mídia, patriarcado, capitalismo e a perpetuação da cultura do estupro	Franchini	2018
Cultura do estupro, ideologia e mídia: construindo estereótipos da "vítima ideal"	Wurdig, Roso, & Souza	2022

A partir da análise temática foram identificadas três temas-chaves: 1) Representações midiáticas e culturais da violência de gênero; 2) Naturalização e normalização da violência contra a mulher; 3) Desigualdades estruturais e estereótipos de gênero.

Representações midiáticas e culturais da violência de gênero

A revisão evidenciou que as representações sociais construídas pelas instituições, especialmente pela mídia e pela cultura, estão fundamentadas em discursos já consolidados na sociedade. Ao reproduzi-los, essas instituições não apenas reforçam tais narrativas, mas também promovem sua perpetuação, legitimando práticas e valores que sustentam as estruturas sociais vigentes (Wurdig, Roso & Souza, 2022; Franchini, 2018; Cavalcanti & Ferreira, 2021; Oliveira & Resende, 2020; Soares, Oliveira, Folha & Flores, 2023; Fernandes & Natividade, 2020; Mazagão & Carvalho, 2020; Paula & Sant'ana, 2022; Brillhante, Giaxa, Branco & Vieira, 2019; Nielsson & Wermuth, 2019; Santos, Pessoa, Silva & Silva, 2020; Oliveira & Silva, 2022; Moreira, Lima, Castro & Neves, 2019).

De acordo com os autores Wurdig, Roso & Souza (2022), Franchini (2018), Cavalcanti & Ferreira (2021) e Oliveira & Silva (2022), a cultura do estupro é um fenômeno complexo e multifacetado, caracterizado por um conjunto simbólico e material que molda as relações sociais e institucionais, perpetuando normas que naturalizam e minimizam a violência sexual, especialmente contra as mulheres. Essa cultura é sustentada por um dispositivo discursivo composto por diversas instituições, como o Estado, o sistema judiciário, a mídia, as religiões, e indústrias como a do cinema e da pornografia, que, ao reproduzirem e reforçarem estereótipos de gênero, contribuem para a banalização do estupro. Como destacam Wurdig, Roso e Souza (2022) e Franchini (2018), a cultura do estupro naturaliza a violência de gênero, tornando-a muitas vezes invisível e socialmente aceitável, dificultando a responsabilização dos agressores.

A mídia exerce um papel central na perpetuação das desigualdades estruturais e sociais, configurando-se como um agente de poder simbólico que reforça a objetificação feminina e legitima práticas violentas, especialmente

no âmbito da violência de gênero (Wurdig, Roso & Souza, 2022; Franchini, 2018; Moreira, Lima, Castro & Neves, 2019).

Desde a infância, somos expostos a influências que moldam nossos comportamentos de acordo com os valores e interesses da sociedade. Isso se reflete em filmes, livros e propagandas que normalizam comportamentos agressivos nas relações sexuais, encorajando os homens a satisfazer seu desejo sexual mesmo que seja necessário recorrer à brutalidade (Engel, 2017; Campos & Machado, 2017).

A repetição de discursos enraizados na sociedade pelas grandes mídias não apenas reafirma essas narrativas, mas também garante sua perpetuação, seja de maneira explícita, ao culpar ou silenciar as vítimas, seja de forma implícita, por meio da normalização de papéis de gênero que reforçam desigualdades e posições de poder desiguais (Lermen & Cúnico, 2018).

Essa representação midiática não apenas reflete desigualdades preexistentes, mas também contribui para sua manutenção ao reproduzir narrativas que desumanizam as mulheres e legitimam práticas de exclusão e violência (Wurdig, Roso & Souza, 2022; Franchini, 2018; Moreira, Lima, Castro & Neves, 2019). Como resultado, essas construções simbólicas atuam como barreiras que impedem que as mulheres sejam tratadas com dignidade e seriedade, além de sustentar estruturas de opressão que perpetuam as desigualdades de gênero.

Goffman (1979) destaca que as representações midiáticas têm o poder de consolidar a visão de que os corpos femininos são limitados a objetos de desejo, obrigados a se conformar a padrões estéticos rígidos, frequentemente associados à subordinação. Essas representações, que podem ser observadas tanto em novelas quanto em campanhas publicitárias e músicas, reforçam estereótipos sobre comportamento, beleza e o papel social da mulher, perpetuando uma visão que limita a identidade feminina e valida a violência simbólica.

Naturalização e normalização da violência contra a mulher

A revisão destacou que, na sociedade, há uma tendência à naturalização da violência contra a mulher, o que, por sua vez, contribui para a normalização de comportamentos sexuais violentos por parte dos homens (Wurdig, Roso &

Souza, 2022; Franchini, 2018; Cavalcanti & Ferreira, 2021; Oliveira & Resende, 2020; Fernandes & Natividade, 2020; Paula & Sant'ana, 2022; Brilhante, Giaxa, Branco & Vieira, 2019; Nielsson & Wermuth, 2019; Silva & Sirelli, 2019; Oliveira & Silva, 2022; Santos, 2020).

Conforme apontado por Oliveira e Resende (2020) e Fernandes e Natividade (2020), o estupro muitas vezes é interpretado como uma forma de punição destinada às mulheres que não seguem os padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade. Nessa perspectiva, a vítima é frequentemente julgada, sob o argumento de que, se agisse de maneira considerada "adequada" ou "normal", jamais seria alvo de tal violência.

Esse entendimento é ilustrado de forma emblemática pelo caso de Mariana Ferrer, analisado por Paula e Sant'Ana (2022). Durante o julgamento, o empresário André de Camargo Aranha foi inocentado sob a alegação de "estupro culposo", um termo inédito no sistema jurídico brasileiro e inexistente na legislação vigente, por se tratar de um crime que pressupõe dolo, ou seja, a intenção de cometer a violência. Nesse caso, mais uma vez, a culpa pela agressão recaiu sobre a vítima, reforçando a lógica de culpabilização feminina e a permissividade social em relação às ações do agressor.

Esse cenário alimenta a cultura de desconfiança em relação ao relato da vítima, culpabiliza a mulher pela agressão sofrida e normaliza a atitude do agressor. Tais fatores consolidam uma estrutura social que posiciona as mulheres em situação de inferioridade, favorecendo a perpetuação da violência de gênero (Pereira & Silva, 2022).

A decisão tomada no caso de Mariana Ferrer reflete uma prática recorrente tanto no sistema de justiça criminal quanto na sociedade: a palavra da vítima é desvalorizada quando ela não se enquadra nos padrões comportamentais socialmente esperados. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2014, 35,3% dos entrevistados acreditavam que o número de estupros diminuiria se as mulheres se comportassem "adequadamente" (IPEA, 2014).

Esse dado evidencia como estereótipos e expectativas de gênero são utilizados para questionar a conduta da mulher, desviando o foco da análise do crime para a avaliação moral da vítima. Mesmo em casos onde há ampla comprovação, como testemunhos consistentes e laudos de exame de corpo de delito, a palavra da mulher é colocada em descrédito. Essa lógica não apenas relativiza a gravidade da conduta do agressor, mas também cria uma narrativa que justifica o estupro com base no comportamento da vítima, perpetuando uma cultura de impunidade e desigualdade de gênero, a cultura do estupro (Silva, 2019).

Desigualdades estruturais e estereótipos de gênero

Conforme aponta a revisão, a cultura do estupro está enraizada em desigualdades estruturais e na reprodução de estereótipos de gênero que sustentam dinâmicas de poder desiguais entre homens e mulheres. Esses elementos não apenas reforçam hierarquias sociais, mas também legitimam a violência sexual ao normalizar comportamentos abusivos e desqualificar as denúncias e vivências das vítimas (Wurdig, Roso & Souza, 2022; Franchini, 2018; Cavalcanti & Ferreira, 2021; Oliveira & Resende, 2020; Fernandes & Natividade, 2020; Paula & Sant'ana, 2022; Brilhante, Giaxa, Branco & Vieira,

2019; Nielsson & Wermuth, 2019; Silva & Sirelli, 2019; Oliveira & Silva, 2022).

Os estereótipos de gênero desempenham um papel central nesse processo, pois alimentam a culpabilização da vítima e a naturalização das condutas do agressor. Scott (1990) aponta que essas construções de gênero operam como ferramentas culturais para justificar a opressão, atribuindo às mulheres papéis restritivos e subordinados que as tornam alvos de violências diversas. Na prática, isso significa que comportamentos abusivos são frequentemente minimizados ou justificados, enquanto a mulher é julgada por sua vestimenta, atitude ou escolhas.

Além disso, as desigualdades estruturais garantem a manutenção de uma cultura que desvaloriza a palavra das mulheres e favorece narrativas que relativizam a violência sexual. Casos emblemáticos, como o de Mariana Ferrer, evidenciam como o sistema de justiça muitas vezes reproduz essa lógica ao atribuir às vítimas a responsabilidade pelos crimes que sofreram como destacado pelas autoras Paula & Sant'Ana (2022). Essas práticas não apenas descredibilizam as denúncias, mas também normalizam o comportamento dos agressores, reforçando uma estrutura de impunidade.

A falta de credibilidade das vítimas e a impunidade dos agressores são questões evidentes no Brasil, refletidas tanto pela alta taxa de subnotificação de casos de violência sexual quanto pela ineficácia do sistema de justiça em responsabilizar os infratores. A violência sexual, embora seja um dos crimes mais comuns, é frequentemente silenciada devido ao estigma associado às vítimas e à desconfiança nas autoridades. Dados indicam que, dos aproximadamente 822 mil casos de estupro anuais no país, apenas uma pequena fração chega ao conhecimento da polícia, com cerca de 8,5% das ocorrências registradas, e apenas 4,2% identificadas pelo sistema de saúde (IPEA, 2023).

Conclusão

Os resultados desta revisão integrativa destacam a complexidade da cultura do estupro, evidenciando sua sustentação em discursos, práticas e estruturas institucionais que perpetuam a violência de gênero. Embora avanços significativos tenham ocorrido nos debates acadêmicos e na legislação, o enfrentamento eficaz desse fenômeno requer mudanças culturais profundas, que vão desde a desconstrução de estereótipos de gênero até a responsabilização efetiva de agressores e a garantia de direitos às vítimas.

O papel da mídia, do sistema educacional e de políticas públicas é central para promover transformações estruturais e simbólicas que desestabilizem a naturalização da violência sexual. Mais ainda, o fortalecimento de movimentos sociais e coletivos feministas é imprescindível para pressionar por mudanças e dar visibilidade às vozes das vítimas, especialmente daquelas que enfrentam múltiplas formas de opressão.

Este estudo contribui para ampliar o entendimento sobre a cultura do estupro no Brasil, mas reforça a necessidade de novas pesquisas que abordem interseccionalidades e avaliem a eficácia de intervenções em diferentes contextos sociais e institucionais. É essencial, ainda, fomentar espaços de diálogo que promovam a sensibilização e a educação como caminhos para uma sociedade mais igualitária e livre de violência de gênero.

Referências

- Braun, V., Clarke, V. & Rance, N. (2014). How to use thematic analysis with interview data. In: Vossler, A. & Moller, N. (Orgs.) *The counselling and psychotherapy research handbook*. London: Sage.
- Brilhante, A.V.M., Giaxa, R.R.B., Branco, J.G.O. & Vieira, L.J.E.S. (2019). Cultura do estupro e violência da ostentação: uma análise a partir da artefactualidade do funk. *Interface*, (23), p. 01-13.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Campos, C. H., Machado, L. Z., Nunes, J. K., & Silva, A. dos R. (2017). Cultura do estupro ou cultura antiestupro?. *Revista Direito GV*, 13(3), p. 981-1006. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201738>.
- Cavalcanti, G. & Ferreira, V. (2021). A cultura do estupro na ficção seriada: os mitos representacionais no seriado Justiça. *Reccis*, 15(3), p. 614-635.
- Engel, C. L. (2017). *Atualizações e persistência da cultura do estupro*. IPEA. Recuperado de: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8088/1/td_2339.PDF.
- Fernandes, N.C. (2020). A naturalização da violência contra a mulher. *Brazilian Journal of Development*, 6(10), p. 76076-76086.
- Franchini, B.S. (2018). *Mídia, patriarcado, capitalismo e a perpetuação da cultura do estupro*. V Simpósio Gênero e Políticas Públicas, p. 207-222.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- IPEA. (2014). *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): Tolerância social à violência contra as mulheres*. Brasília: IPEA. https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=24437.
- IPEA (2023). *Brasil tem cerca de 822 mil casos de estupro a cada ano, dois por minuto*. IPEA. <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13541-brasil-tem-cerca-de-822-mil-casos-de-estupro-a-cada-ano-dois-por-minuto>.
- Goffman, E. (1979). *Anúncios de gênero*. Harper & Row.
- Lermen, H. S. & Cúnico, S. D. (2018). Análise dos comentários de notícias sobre violência contra as mulheres. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 23(1), p.78-88. Recuperado de <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20180009>.
- Mazgão, B. & Carvalho, L.S. (2020). Violência de Gênero, cultura do estupro e saúde pública: uma análise sem recorte. *Revista Encantar*, 2, p. 01-18.
- Moreira, R.D., Lima, A.P., Castro, L.R. & Neves, A.P.C. (2019). Culpas a vítima ainda é o modus operandi da linguagem jornalística? Análise dos títulos no webjornalismo do portal G1 sobre estupro (quadrênio 2016-2019). *Vozes e Diálogo*, 18(2), 84-100.
- Nielsson, J.G. & Wermuth, M.A.D. (2019). A “carne mais barata do mercado”: uma análise biopolítica da “cultura do estupro” no Brasil. *RFD*, (34), p. 171-200.
- Oliveira, H.K.S. & Resende, G.S.L. (2020). Violência sexual: uma análise social da cultura do estupro. *Perspectivas em Diálogo*, 7(14), p. 81-110.
- Oliveira, M.R. & Silva, H.S. (2022). Pornografia e cultura do estupro: estudos sobre a naturalização de práticas de violência contra a mulher e suas implicações em sua saúde mental. *Revista Debates Insubmissos*, 5(18), p. 267-284.
- Organização Mundial da Saúde. (2002) *Version of the Introduction to the World Report on Violence and Health*. OMS.
- Paula, L. & Sant’ana, C.G. (2022). A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. *Fórum Linguístico*, 19(1), p. 7555-7574.
- Pereira & Silva. (2022). A culpabilização da mulher ofendida e a cultura do estupro. *Revista Eletrônica De Ciências Jurídicas*, 12(1). Recuperado de <https://revista.fadipa.br/index.php/cjuridicas/article/view/439>
- Saffioti, H. I. B. (2002). *Violência contra a mulher e violência doméstica*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Santos, F.K.L., Pessoa, B.G.F., Silva, R.A. & Silva, L.D. (2020). Cultura do estupro: o machismo manifesto nas paradas musicais. *Research, Society and Development*, 19(7), 1-13.
- Santos, M.P.A. (2020). O descrédito dado às mulheres vítimas de estupro: uma analogia à série inacreditável. *Sitientibus*, n. 63, p. 22-25.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAneros-Joan%20Scott.pdf.
- Silva, J.V. & Sirelli, P.M. (2019). Do olimpo ao Brasil Contemporâneo: o estupro contra as mulheres e a persistência das relações desiguais e hierárquicas de sexo. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 3(1), p. 19-40.
- Silva, V.R. (2019). A cultura do estupro e a culpabilização da vítima de violência sexual: comentários ao Acórdão nº 70080574668 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Revista da Faculdade de direito*, 47(2). Recuperado de: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/51386/28532>.
- Soares, M.I.S., Oliveira, I.B.S., Folha, D.R.S.C. & Flores, A.B. (2023). A compreensão de acadêmicas de terapia ocupacional acerca da cultura do estupro e suas implicações em ocupações de mulheres. *Gênero na Amazônia*, (23), p. 15-32.
- Suárez, M. & Bandeira, L. M. (1999). *Introdução à violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Paralelo 15/ Editora Universidade de Brasília.
- Vilhena, J. & Zamora, M. H. (2004). Além do ato: os transbordamentos do estupro. *Revista Rio de Janeiro*, 12.
- Torraco, R. J. (2016). Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, v. 4, n. 3, p. 356-367.
- Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: Updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546-553.
- Wurdig, K.K., Roso, A.R. & Souza, J.G. (2022). Cultura do estupro, ideologia e mídia: construindo estereótipos da “vítima ideal”. *Caderno Espaço Feminino*, 35(1), p. 325-351.
-